



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Contrato da Cessão Onerosa

Artur Watt Neto

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2019

cláusula 2ª - objeto

Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural

2.1. Este Contrato tem por objeto a execução, na Área do Contrato, por conta e risco do Contratado:

- a) de Operações de Exploração e de atividades de Avaliação de Descoberta, em caso de Descoberta, a critério dos Consorciados, nos termos de um Plano de Avaliação de Descoberta, quando solicitado e aprovado pela ANP, ou de acordo com o planejamento próprio do Contratado; e
- b) de Operações de Produção de Petróleo e Gás Natural em volumes excedentes aos [número de barris de óleo equivalente alocados para cada campo, nos termos da Portaria MME nº 213/2019] contratados sob o regime de Cessão Onerosa na Área do Contrato, nos termos de um Plano de Desenvolvimento aprovado pela ANP.

objeto peculiar

Custos

2.2. Os Consorciados têm o direito de realizar as Operações na Área do Contrato, cabendo aos Contratados, por sua conta e risco, aportar os investimentos e arcar com os gastos necessários, incluindo equipamentos, máquinas, pessoal, serviços e tecnologia apropriados.

2.3. Os gastos incorridos em atividades exploratórias, inclusive os advindos de insucessos exploratórios, serão recuperados como Custo em Óleo.

cláusula 2ª - propriedade do petróleo

Propriedade do Petróleo e Gás Natural

- 2.8. Pertencem à Contratante os Depósitos de Petróleo e Gás Natural existentes no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, de acordo com os art. 20, V e IX, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 3º da Lei nº 9.478/1997.
- 2.9. Ao Contratado e à Contratante caberá a apropriação originária do volume correspondente à parcela do Excedente em Óleo, na proporção, condições e prazos estabelecidos no edital de licitações e neste Contrato, ressalvados os direitos da Cessionária no Contrato de Cessão Onerosa.
- 2.9.1. Em caso de Descoberta Comercial de Petróleo e Gás Natural, caberá ao Contratado a apropriação originária do volume correspondente aos Royalties devidos e do Custo em Óleo.
- 2.10. A propriedade da parcela de Petróleo e Gás Natural a que contratualmente o Contratado e a Contratante têm direito lhes será conferida, de forma originária, no Ponto de Medição.

*ressalva a direitos do
contrato de cessão onerosa*

cláusula 3ª - área do contrato

CLÁUSULA TERCEIRA - ÁREA DO CONTRATO E ÁREA COPARTICIPADA

Identificação

- 3.1. As Operações deverão ser executadas exclusivamente na Área do Contrato, descrita e delimitada no Anexo I.
- 3.2. As Operações Conjuntas serão executadas na Área Coparticipada.

Devolução por extinção do Contrato

- 3.3. A extinção deste Contrato, por qualquer causa, obrigará o Contratado a devolver a Área do Contrato imediatamente à Contratante.

Condições de Devolução

- 3.4. Toda e qualquer devolução da Área do Contrato, assim como a consequente reversão de bens, terá caráter definitivo e será feita pelo Contratado sem ônus de qualquer natureza para a Contratante, para a Gestora ou para a ANP, nos termos dos arts. 29, XV, e 32, §§ 1º e 2º, da Lei nº 12.351/2010.

*área da cessão onerosa =
área da partilha =
área coparticipada*

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA E EFICÁCIA

Vigência e Eficácia

4.1. Este Contrato terá duração de 35 (trinta e cinco) anos, com vigência e eficácia a partir da data de sua assinatura.

Fase Única

4.2. Este Contrato contará apenas com a Fase de Produção.

ausência de fase de exploração e compromissos de PEM

cláusula 5ª - custo em óleo

Apuração e Recuperação como Custo em Óleo

5.2. Serão recuperados como Custo em Óleo, segundo a metodologia e procedimentos estabelecidos no Anexo V, os gastos que tenham sido:

- a) previamente aprovados pelo Comitê Operacional ou cuja aprovação seja dispensada por este Contrato; e
- b) reconhecidos pela Gestora.

5.2.1. Poderão ser recuperados como Custo em Óleo os gastos incorridos pelos Contratados no período anterior à assinatura do Contrato e até a constituição do Comitê Operacional que sejam, cumulativamente:

- a) diretamente relacionados à aquisição de dados e informações, obtenção de licenças, autorizações e permissões governamentais;
- b) passíveis de recuperação segundo os critérios previstos no Anexo V; e
- c) ratificados pelo Comitê Operacional, previamente à sua efetiva recuperação como Custo em Óleo.

5.3. Os valores pagos pelo Contratado a título de Compensação serão recuperáveis como Custo em Óleo, nos termos da Resolução CNPE nº 02/2019 e conforme metodologia definida na Portaria MME nº 213/2019, observadas as alíneas “a” e “b” do parágrafo 5.2.

5.3.1. Uma vez aprovado o Acordo de Coparticipação, o reconhecimento dos gastos indicados no parágrafo 5.3 prescinde da aprovação do Comitê Operacional.

*reconhecimento do valor
pago a título de
compensação*

cláusula 6ª - royalties

CLÁUSULA SEXTA - ROYALTIES

6.1. O valor dos Royalties devidos a cada mês em relação a cada Área de Desenvolvimento ou Campo será determinado multiplicando-se o equivalente a 15% (quinze por cento) do Volume Total da Produção de Petróleo e Gás Natural da Área de Desenvolvimento ou Campo, descontados os volumes atribuídos ao Contrato de Cessão Onerosa, conforme Participações previstas no Acordo de Coparticipação ou acordo de predeterminação, durante o referido mês, pelos seus respectivos Preços de Referência, definidos na forma do Anexo V.

6.1.1. A alíquota dos Royalties será aplicada ao Volume Total da Produção, descontados os volumes atribuídos ao Contrato de Cessão Onerosa, conforme Participações previstas no Acordo de Coparticipação ou acordo de predeterminação.

6.2. São devidos Royalties em decorrência da Produção de Petróleo e Gás Natural oriunda de Testes de Longa Duração.

6.3. Em caso de Descoberta Comercial, o Contratado fará jus ao volume da Produção correspondente aos Royalties devidos, sendo vedado, em qualquer hipótese, o ressarcimento em pecúnia.

*royalties em
alíquotas distintas
entre CO e LVECO,
calculados de forma
a não haver
duplicidade
(o mesmo vale para
p, d & i)*

cláusula 12ª - data de início da produção

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DATA DE INÍCIO DA PRODUÇÃO E PROGRAMAS ANUAIS

Data de Início da Produção

- 12.1. Para fins deste Contrato, considera-se como Data de Início da Produção do Campo a Data Efetiva do Acordo de Coparticipação ou, em caso de predeterminação, a data em que o acordo de predeterminação previsto na Portaria MME nº 265/2019 entre em vigor.
- 12.2. A Produção de Petróleo e Gás Natural em uma instalação de Produção somente poderá ser iniciada após a conclusão da instalação de um sistema para o aproveitamento ou a reinjeção de Gás Natural, exceto nos casos expressamente autorizados pela ANP, de modo a minimizar as queimas de Gás Natural.

a data de início da produção do contrato de partilha será a data efetiva do acordo de coparticipação

cláusula 13ª

Abastecimento do Mercado Nacional

13.7. Em situações de emergência que possam colocar em risco o abastecimento nacional de Petróleo e Gás Natural, bem como de seus derivados, a ANP poderá determinar ao Contratado que limite suas exportações destes hidrocarbonetos.

13.7.1. Considera-se situação de emergência aquela assim decretada pelo Presidente da República.

13.7.2. A parcela da Produção com exportação limitada deverá ser direcionada ao atendimento do mercado brasileiro ou à composição de estoques estratégicos para o País.

13.7.3. A ANP notificará o Contratado quanto à limitação das exportações com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13.7.4. A parcela da Produção sobre a qual incidir a restrição à livre disposição será, a cada mês, determinada em relação à proporção da participação do Contratado na Produção nacional de Petróleo e Gás Natural relativa ao mês imediatamente anterior.

13.7.5. O limite para a exportação de hidrocarbonetos pelo Contratado será aplicado igualmente à participação da União no Excedente em Óleo.

*a limitação vale
também para a
União*

cláusula 16ª - novo reservatório

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DESCOBERTA, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVO RESERVATÓRIO

- 16.1. Qualquer Descoberta de Novo Reservatório de Petróleo e Gás Natural deverá ser notificada pelos Consorciados à ANP, em caráter exclusivo, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas. A notificação deverá ser acompanhada de todos os dados e informações pertinentes disponíveis.
- 16.2. Os Consorciados poderão proceder à Avaliação da Descoberta de Novo Reservatório a qualquer momento na vigência do Contrato, nos termos da Legislação Aplicável.
- 16.3. Caso os Consorciados decidam proceder ao Desenvolvimento de Novo Reservatório, deverão comunicar à ANP e, em até 180 (cento e oitenta) dias após a comunicação, apresentar à ANP um Plano de Desenvolvimento, na forma da Legislação Aplicável.
- 16.4. O Desenvolvimento ou Produção de Novo Reservatório somente será autorizado após aprovação pela ANP, nos termos da Legislação Aplicável.

*mesmo sem fase de
exploração, pode haver
exploração*

*regras para avaliação de
novo reservatório em
regulamentação própria
da ANP*

cláusula 33ª - arbitragem

Arbitragem

33.5. Após o procedimento previsto no parágrafo 33.2, caso uma das Partes ou um dos **signatários** considere que inexistem condições para uma solução amigável da disputa ou controvérsia a que se refere tal parágrafo, tal questão será submetida a arbitragem.

- a) O procedimento arbitral será administrado por uma instituição arbitral notoriamente reconhecida e de reputação ilibada, com capacidade para administrar arbitragem conforme as regras da presente cláusula e preferencialmente com sede ou escritório de administração de casos no Brasil;
- b) As **signatárias** em litígio escolherão a instituição arbitral de comum acordo. Caso não cheguem a um acordo quanto à escolha da instituição arbitral, a ANP indicará uma das seguintes instituições: (i) Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional; (ii) Corte Internacional de Arbitragem de Londres; ou (iii) Corte Permanente de Arbitragem de Haia. Se a ANP não fizer a indicação no prazo do parágrafo 33.2.3, a outra parte em litígio poderá se valer de qualquer das três instituições mencionadas nesta alínea.
- c) A arbitragem será conduzida conforme as regras da instituição arbitral escolhida, no que não conflitar com a presente cláusula. Só serão adotados procedimentos expeditos ou de árbitro único em caso de acordo expresso entre as partes.
- d) Deverão ser escolhidos três árbitros. Cada **signatária** em litígio escolherá um árbitro. Os dois árbitros assim escolhidos designarão o terceiro árbitro, que funcionará como presidente;
- e) A cidade do Rio de Janeiro, Brasil, será a sede da arbitragem e o lugar da prolação da sentença arbitral;
- f) O idioma a ser utilizado no processo de arbitragem será a língua portuguesa. As **signatárias** em litígio poderão, todavia, instruir o processo com depoimentos ou

utilização de “signatários” no lugar de “partes” para maior clareza e evitar confusões

obrigado!!!



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL